

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**EMERSON WANDERLI DE ANDRADE**

**ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A CONDIÇÃO DE POBREZA DA  
POPULAÇÃO BRASILEIRA E DE CASCAVEL/PR COM BASE NOS DADOS  
SAGI/MDS (1992-2013) E CENSO 2010.**

**CURITIBA**

**2016**

**EMERSON WANDERLI DE ANDRADE**

**ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A CONDIÇÃO DE POBREZA DA  
POPULAÇÃO BRASILEIRA E DE CASCAVEL/PR COM BASE NOS DADOS  
SAGI/MDS (1992-2013) E CENSO 2010.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Diana Cristina de Abreu

**CURITIBA**

**2016**

## **Análise comparativa sobre a condição de pobreza da população brasileira e de Cascavel/PR com base nos dados SAGI/MDS (1992-2013) e Censo 2010.**

**Emerson Wanderli de Andrade**

### **RESUMO**

Vivemos em nosso país com a invisibilidade da pobreza; ela é mascarada, e não nos importamos com o pobre. É um problema econômico, social e político. Como o governo está agindo a favor dessa enorme parte da população que vive na pobreza e extrema pobreza. A sociedade brasileira é moralista, pensam que todas as pessoas desse país têm as mesmas oportunidades, mas as famílias ricas das cidades são as mesmas de décadas atrás. Neste trabalho procuramos problematizar as causas da pobreza e da invisibilidade social da pobreza, destacando para além de uma visão moralista as desigualdades sociais, estão relacionadas a outros problemas como de origem social, política, econômica, racial e de gênero. Fazemos isso como base num referencial teórico do Curso de Especialização em Pobreza e Desigualdade, e em dados que sobre os beneficiários de programas sociais. Apesar de todas as dificuldades, esta pesquisa buscou apresentar dados estatísticos do Brasil e da cidade de Cascavel no estado do Paraná, utilizamos estudos e pesquisas com base nos dados SAGI/MDS (1992-2013) 1992 até 2013 e dados extraídos do CENSO para Brasil e Cascavel no ano de 2010, os dados analisados revelam que houve a diminuição da pobreza nos últimos anos no Brasil, isso, por outro lado também podemos concluir que um forte aliado na luta contra a pobreza e extrema pobreza no Brasil vem sendo o Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Desigualdade social 1. Extrema pobreza 2. Programa Bolsa Família 3.

## 1 INTRODUÇÃO

A extrema pobreza nas áreas urbanas tende a ser invisível. Portanto ela está presente no nosso país, nos estados, e nos municípios, e também no bairro onde moramos. Só que a pobreza é mascarada, não damos importância ao pobre, de como eles estão vivendo. E de que forma o governo está agindo em favor das pessoas que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, a produção da pobreza e consequentemente a de exclusão dessa parcela da população envolve dimensões políticas, econômicas e sociais.

Nossa sociedade tem uma visão moralista do pobre, que é carente em educação, moral e valores. Acompanhada de uma fórmula meritocrática, onde afirma-se que as pessoas tem as mesmas oportunidades, é só estudar e mudar. Mas ele não é pobre por que quer. Podemos verificar em qualquer cidade do país, as pessoas ricas, são das mesmas famílias ricas de décadas atrás. Piketty (2013) destaca:

“As riquezas vindas do passado progridem automaticamente – sem que seja necessário trabalhar – do que as riquezas produzidas pelo trabalho, a partir das quais é possível poupar. De maneira quase inescapável, isso tende a gerar uma importância desproporcional e duradoura das desigualdades criadas no passado e, portanto, das heranças... a presença ou não de doações significativas determina em grande parte quem vai se tornar proprietário, com qual idade, com que cônjuge, onde e em que proporção, ou no mínimo de modo mais determinante do que acontecia com a geração de seus pais. Suas vidas, suas carreiras, suas escolhas familiares e pessoais são muito mais influenciadas pela herança – ou pela ausência dela”.

São vítimas também da mídia, porque em todos os noticiários que abordam a violência, assaltos, sequestros, tráfico, sempre o pobre que está envolvido, e se faz a espetacularização dessas desgraças. Entretanto a forma de abordagem é mais sutil e deveras mais humanas quando está envolvido setores elitizados. Numa mesma situação de delinquência, um adolescente pobre é um “menor”, já o adolescente de classe média ou alta, não perde essa condição, nos noticiários sensacionalistas.

A vida na sociedade capitalista do início do século XXI, afirma-se através dos bens de consumo, da defesa da organização especializada do trabalho, mas ainda

tem pessoas que não tem acesso aos alimentos. Nas relações trabalho, percebemos as desigualdades sociais, e práticas racistas e sexistas. Os empregos precários, as relações de trabalhos informais estão destinadas às mulheres, aos indígenas e os negros.

Temos a cultura de pensarmos que pobreza é sinal de não estar apto ao trabalho, e isso, os leva para a forma de trabalho informal. Essa cultura considera que os povos originários do Brasil, por exemplo, por trabalharem para o sustento e não para o mercado, são taxados de preguiçosos. Os trabalhos domésticos ainda estão relacionado às práticas escravocratas. Muito recentemente aprovou-se no Brasil a PEC das Domésticas, com a lei os patrões assinam a carteira de trabalho, mas muitas ainda trabalham sem o contrato. Os negros, percebem uma renda inferior em relação aos brancos mesmo quando exercem atividades idênticas.

Outra visão é que os pobres se acomodam, porque existem programas sociais como o Bolsa Família. Mas esse dinheiro que recebem é muito pouco para uma pessoa se acomodar, a maioria que recebe o benefício mantém forma de trabalho informalmente.

No Brasil, nos termos da Constituição de 1988, em seu Art. 6º, ela define como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015\)](#). Quando a família está vivendo com a falta de alimento, moradia, emprego; esses direitos sociais básicos o Estado tem que garanti-los. E o está fazendo com programas sociais como o Programa Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde, tem o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional das famílias mais pobres; promover o acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação e assistência social.

Há uma resistência quando se fala nos programas sociais, que é assistencialismo, “a pobreza em si mesma e acusações de serem acomodados, de quererem mais filhos para receber mais dinheiro sem trabalhar” Santos & Pires (2014); mas é dever do estado de prover a todos: o que comer, onde morar, onde trabalhar.

Numa sociedade marcada pela estratificação de classes sociais, num mesmo segmento de classe percebemos ainda uma outra segregação de raça e gênero, de um lado os donos das terras, riquezas, renda, conhecimentos. E do outro lado a classe dos pobres, os inferiores, marginalizados; sem-terra, sem emprego, sem saúde. Na análise que pretendemos realizar aqui, entendemos que a extrema pobreza e a invisibilidade desta na sociedade, é um problema econômico, social e político, e sendo assim, torna-se um problema do estado, e este seguindo as determinações da Constituição Federal deve manifestar-se através de políticas e programas sociais para erradicação da pobreza, e garantia de vida digna aos cidadãos que vivem na sua territorialidade.

Há grupos, Movimento dos Sem Terra, Movimentos dos Sem Teto, Movimento Negro, Movimentos de Mulheres, estes possuem diversas orientações teóricas, e diversas formas de práticas que dão visibilidade às suas reivindicações. Tais grupos têm consciência da origem da pobreza e exigem respostas do estado quanto à manutenção da pobreza e das desigualdades sociais. Lutam por estratégias e programas de distribuição de renda, e contra a concentração do poder, terra, e renda, privilégios tradicionalmente das elites oligárquicas brasileiras. Estes movimentos buscam alternativas políticas de mais justiça, igualdade e equidade.

A forma como a sociedade concebe a pobreza, ora de forma moralista, ora de forma fatalista contribui para a naturalização do “ser pobre”, há a perpetuação da pobreza, acreditando-se que se a pessoa nasceu pobre, vai morrer pobre. E nessa condição, acha-se normal que parte significativa da população não tenham seus direitos sociais, econômicos, nem políticos. Uma das qualidades dos estudos realizados no âmbito da Especialização em Educação, Pobreza, e Desigualdade social e reside nas suas abordagens teórico-metodológicas permitirem à um público muito variado, que de certa forma está vinculado aos beneficiários e programas sociais, em como lidar com as problemáticas que são postas no cotidiano das pessoas extrema pobreza. Desmistificando a construção social da pobreza, como destino, como fatalidade e como moralidade.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A invisibilidade social da pobreza em nosso país é um elemento presente na constituição de nossa nação de raízes oligárquicas, escravocratas e autoritárias.

Alguns exemplos foram a forma de segregação e violência às quais foram submetidas as populações indígenas, os negros escravizados, um ambiente de permanente humilhações, castigos, e aniquilamento de suas culturas; que igualdade social existia. E a desigualdade atravessou os tempos até os dias atuais, “a permanência e eficácia (ainda que sujeita a transformações) das instituições, valores e práticas sociais que marcaram a formação colonial e que permanecem hoje impedindo nossa modernização plena e efetiva”, Moura (2010).

Ao fim da escravatura, o Estado, a igreja, ou qualquer outro movimento não se interessaram pelo o que ia acontecer com os libertos. Souza (2006, p. 154) afirma “Os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto”. Os libertos com as suas famílias, ficaram sem os recursos materiais e morais para sobreviverem na economia capitalista. A abolição foi uma revolução social para os brancos, os pobres ficaram despreparados para encarar o meio socioeconômico.

O negro sem a ganância de ficar rico, e sem a vontade de trabalhar em empregos que lembravam do seu sofrido passado, foram parar na miséria econômica e a marginalização social. E com a recusa de determinados serviços, a contrariedade em supervisões e a constância troca de trabalhos, caminhavam em direção da péssima condição de vida e ao preconceito. Eram incapazes de entenderem a ordem do capitalismo. Acontecendo assim “a formação histórica de um grande contingente populacional composto por marginalizados ou desclassificados sociais, pessoas desvinculadas dos processos econômicos, sociais e políticos básicos da sociedade”, Moura (2010).

Quando inicia-se o domínio de terras, os fracos eram explorados e humilhados para não esquecerem quem mandava, e os fortes eram eliminados para não terem a mesma ideia de dominação, era uma prevenção.

Então, os ex-escravos e os dependentes livres, aqueles que arrendavam as terras dos fazendeiros, iniciaram a era dos imprestáveis e inadaptáveis ao sistema. Conforme Souza (2006, p. 129) “... irão formar a ralé dos imprestáveis inadaptados...”. Os trabalhadores rurais não possuíam os benefícios sociais e trabalhistas, enquanto os empresários eram autoritários e contra as leis dos trabalhadores.

Nessa época, a sociedade muito machista passava todas as liberdades para o homem, como ter amantes era normal; e as obrigações eram todas para a mulher,

e através da força masculina conseguiam o controle da mulher através do medo. Para que elas tivessem um reconhecimento social dependiam de pertencer a um marido ou a uma família.

Nos dias atuais continuamos com a desigualdade de gênero e cor, a mulher e o negro não são reconhecidos socialmente. Enquanto a mulher tem a sua diferenciação ao homem, o negro tem com o homem branco, e sempre obedecendo a classe dominadora.

Branco ou negro sem ter qualificação são marginalizados e desclassificados. Os classificados sociais são os que se adaptam e seguem o que dita o mercado e estado. E os desclassificados sociais possuem pouco respeito social e baixíssimos salários.

O negro sempre é visto como um negativo social. Podemos citar como desigualdade social e preconceito racial as cotas nas universidades, que sempre geraram confusões. Escreve Souza (2006, p. 71) “.... confusão, insegurança e desorientação demonstram que esta tema está longe de ser assunto pacífico”. O que aparenta gerar a desigualdade é somente a raça e nada mais.

A raça branca que a tratam como superior tem a lembrança da Europa, a herança cultural; e os negros tratados com inferioridade, é o primitivo, o uso da força corporal. Em nosso país, o negro é invisível socialmente, mas pode se tornar visível caso siga as regras do mercado e estado, sendo inteligente, produtivo e disciplinado.

Nosso mercado competitivo com o produto de qualidades individuais, e o estado racional centralizado conduzem a práticas disciplinadoras da sociedade. Como citou Moura (2010) “Estado racional centralizado, com seu monopólio da violência e poder disciplinar. Quando os indivíduos nascem e as normas disciplinadoras já estão instauradas, a naturalização com o que está acontecendo não precisa nem ser justificada. Porque “pessoas que vivem em uma situação de pobreza ou miséria frequentemente não têm consciência do fato de que são vítimas de alguma injustiça” (Rego; Pinzani, 2013, p. 30).

Vivemos com um ordenamento moral, como obrigações e deveres para a organização do relacionamento com os outros. Com uma ideologia de igualdade de oportunidades em nosso país, o que é uma grande ilusão social, Souza (2006 p. 88) relata “... luta imersa na grande ilusão da vida social produzida pela crença dos sujeitos na validade das regras que os submete”. Nossa sociedade desigual,



preconceituosa e multicultural institui um mecanismo para mascarar o domínio da classe dominante em todos os meios sociais: de classes, idades ou sexos.

O pobre é visto como se tivesse as mesmas oportunidades que a pessoa da classe média. Quando essa classe recebe algo assistencial, um benefício, a sociedade acredita que com essa mínima ajuda do estado vão conseguir se estabelecer socialmente, como um passe de mágica. Assim que funciona a política assistencial no Brasil.

Agimos como se fossemos todos iguais socialmente, e que a única diferença é o salário no final do mês. Achamos que a progressão econômica vai resolver todas as diferenças sociais, mas o pobre não é só marginalizado economicamente; existe o emocional, existencial e o político.

O trabalho mental, intelectual, e o capital cultural são opostos ao trabalho manual, corporal e muscular, ocasionando a diferença de salários e prestígios.

A classe dominadora estabelece o poder quando as relações sociais se tornam aos olhos das demais classes sendo como uma forma natural. Esse processo de naturalização inicia-se na família e escola, através de práticas e ensinamentos. É dominadora dos capitais culturais e econômicos, tornando-os reconhecidos socialmente com privilégios e autoestima. Do lado dominador parece estar o indivíduo bonito, rico, saudável e feliz; e do outro lado o pobre, humilhado e infeliz.

Hoje, grande parte da nossa população brasileira está vivendo na marginalização social, econômica e política. Enfatiza Souza (2006, p. 178), "... sociedades periféricas, como a brasileira, é suficiente para condenar cerca de 1/3 de uma população de 170 milhões de pessoas ...". Neste sentido, como afirmam Rego & Pinzani (2015), "Naturalizam-se", por assim dizer, os preconceitos e a formação de estereótipos contra esses indivíduos. Com isso, a humilhação institucional infligida aos(às) cidadãos(ãs), por intermédio dos(as) agentes públicos(as), afigura-se como normal"(11).

A política pública de Transferência de Renda complementa a renda dos milhares pobres de nosso país, e também deixam visíveis esses que vivem na pobreza. Temos como programas de transferências de renda o BPC – Benefício da Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família.

Esses programas são destinados a públicos distintos e possuem mecanismos administrativos para identificação e seleção dos beneficiários, ambos os programas

já foram criticados por erros de seleção. “No entanto, casos isolados não são evidências adequadas para avaliar programas que, juntos, afetam diretamente quase 14 milhões de famílias”, Medeiros & Britto & Soares (2007).

Importante destacar que praticamente todos os países que conseguiram erradicar a pobreza absoluta, possuem políticas de transferência de renda.

Um grande problema para o aumento da pobreza são famílias que mudam de estados, municípios a procura de uma vida melhor. Mas chegam nas cidades sem moradia, trabalho e acabam ficando em áreas vulneráveis. Monteiro (2011) tem o relato de um morador de uma favela: Você “ta” vendo aqui tudo asfaltado, mas é só aqui, que é centro, aí “pra” trás e lá “pra” dentro é tudo sem asfalto, esgoto, pouco colégio, sem posto de saúde.

Os pobres que vivem em grande vulnerabilidade social, como os catadores de materiais recicláveis por não terem emprego fixo, e nem poder de consumo, tornam-se invisíveis na sociedade. Quando mulheres, além de obterem rendimentos financeiros menores, e também sofrem mais com a discriminação e preconceito. Sobral & Santiago & Costa (2009), destacam “...a invisibilidade social tanto na ótica do consumo quanto na ótica do reconhecimento é mais latente para as mulheres catadoras, uma vez quem têm seu tempo de trabalho e, conseqüentemente, seu poder de consumo limitado”.

No Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Social desenvolve políticas públicas como o Bolsa Família, ações e serviços de assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva.

### **3 METODOLOGIA**

Neste estudo buscaremos discutir a questão da pobreza e a invisibilidade desta no contexto social. Este trabalho parte de um levantamento bibliográfico sobre a temática e cotejamento com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Banco Mundial, da situação dos pobres do Brasil nos anos de 1992 a 2014.

Buscarei também dados da pobreza do município de Cascavel, estado do Paraná, no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

dos beneficiários do Programa Bolsa Família do ano de 2016 no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF).

Vai ser um estudo elaborado com metodologia quantitativa e qualitativa.

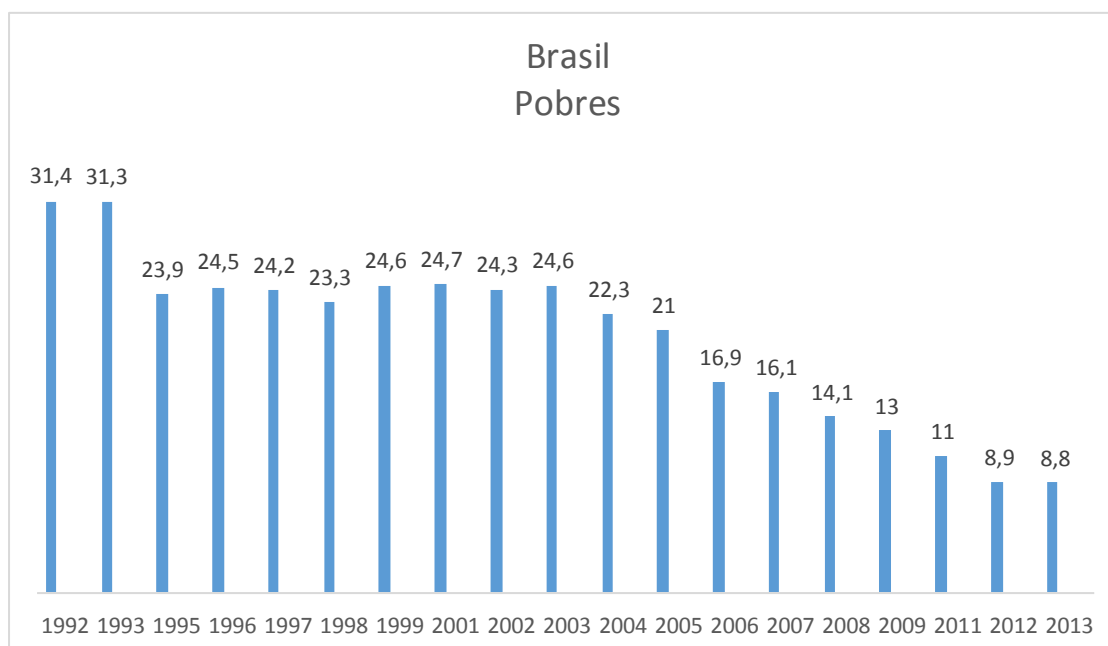
#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Dados sobre a pobreza no Brasil com base SAGI/MDS e Banco Mundial.

Os pobres considerados desqualificados para o trabalho como o mercado exige; ainda que estejam em subempregos ou trabalhando informalmente, algumas famílias conseguiram sair da pobreza ou extrema pobreza. A extrema pobreza refere-se à família que está em quadro de miséria, e o problema evidente necessita urgentemente de cuidados imediatos.

Estudos de 1992 até 2013 (SAGI/MDS) em nosso país mostram essa diminuição da pobreza.

Grafico 1- Os pobres no Brasil

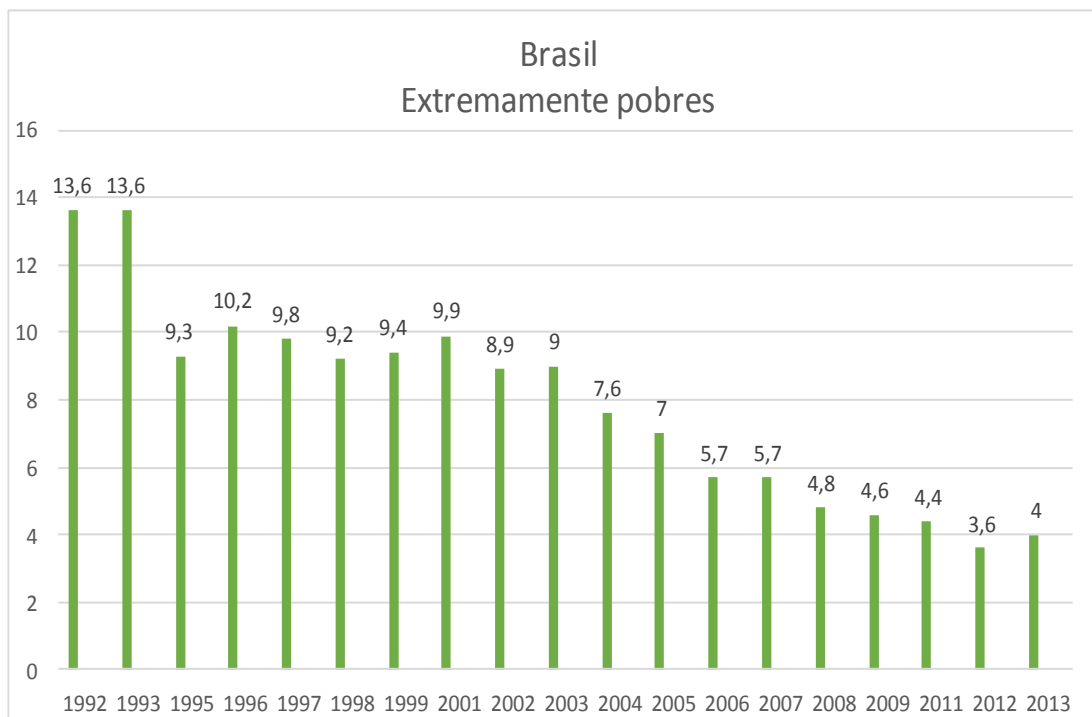


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (1992-2013)

Por mais que programas assistenciais não são bem vistos por algumas pessoas em nossa sociedade, foram esses programas como o Bolsa Família que estão ajudando as famílias extremamente pobres a saírem desse círculo da

pobreza. Com esse benefício conseguem realizar “a compra de material escolar, calçados e roupas para as crianças”, Santos & Pires (2014).

Grafico 2 – Brasil: Os extremamente pobres

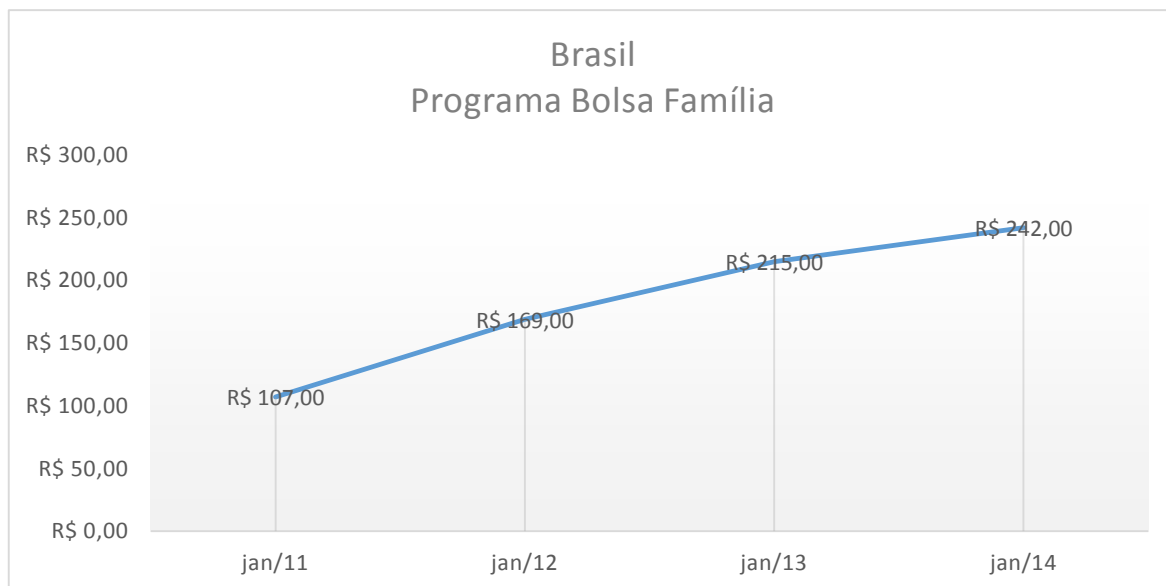


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (1992-2013).

Há famílias que obtiveram crédito para suas compras atuais em mercados e lojas somente após o Programa Bolsa Família. Agora essas famílias possuem renda mensal, “é o fato de ele ser considerado uma renda fixa para essas famílias” Santos & Pires (2014). E não é só o lado econômico que conta, as pessoas tiveram mais confiança e confiabilidade, assim, aumentando a autoestima. Ele, “o Bolsa Família pode ser visto como política de urgência moral, capaz de estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento de autonomia ética e política” (Rego; Pinzani, 2013, p. 215).

De 2001 a 2014 houve um aumento significativo no valor do benefício do Programa Bolsa Família, valor pago mensalmente as famílias de extrema pobreza.

Grafico 3 – Brasil Programa Bolsa Família –Valor médio mensal

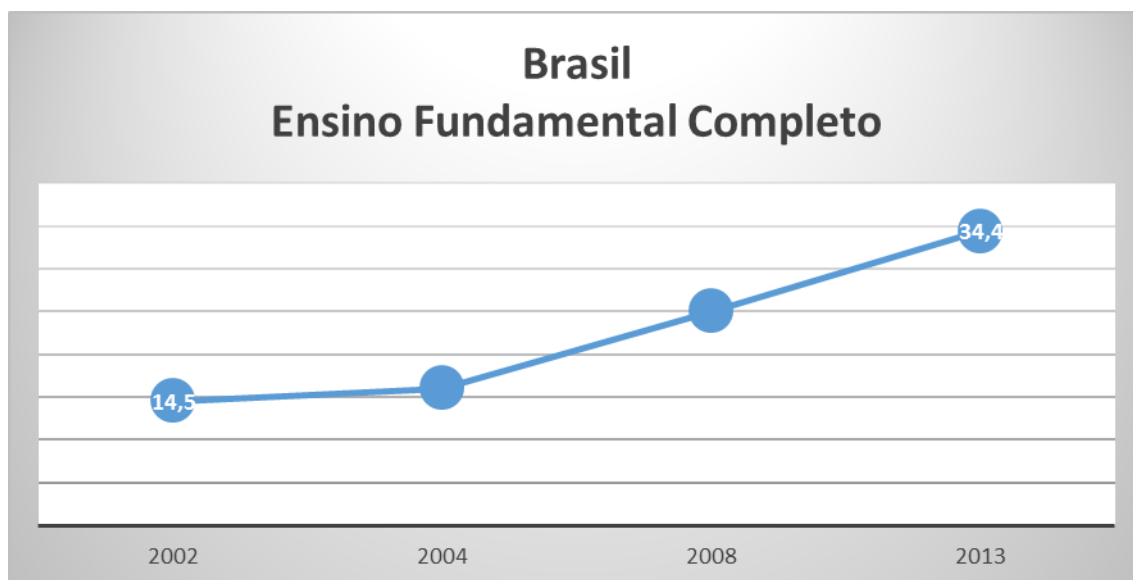


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2011-2014).

Famílias desestruturadas tendem a evasão escolar. Afirmação de Rego & Pinzani (2015), “Casos de violência psicológica e física (inclusive sexual) exercida por pais e parentes, comuns em famílias de todas as classes sociais, resultam particularmente dramáticas em famílias materialmente desestruturadas. Isso significa dizer que as desigualdades internas podem ser agravadas pela constante pressão para obter recursos básicos à sobrevivência familiar”.

Um dado que chama atenção na síntese que foi produzida pelo MDS, diz respeito ao Ensino fundamental. As informações evidenciam que entre os mais pobres, nos anos de 2002 a 2013, aumentou em 138% o número de brasileiros a apresentaram ensino fundamental completo, como podemos observar no gráfico abaixo:

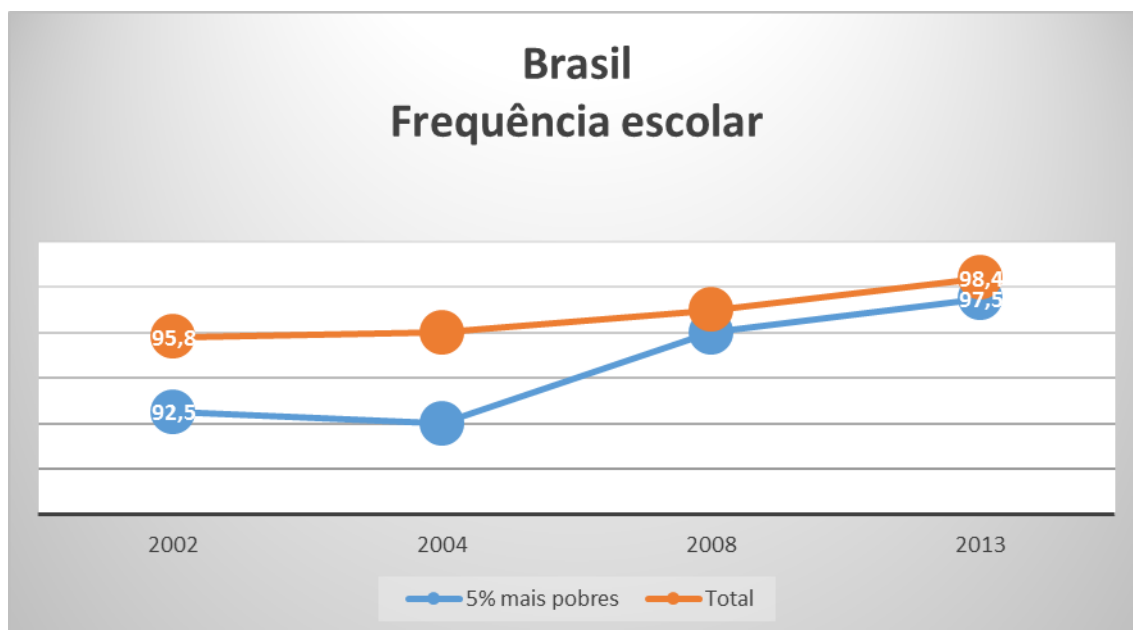
Gráfico 4- Brasil Ensino Fundamental Completo



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

Dados do Censo Escolar (2013) mostram que dezessete milhões de crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família frequentaram a escola. O que comprova que o programa ajuda na permanência dos alunos dentro das escolas. A Frequência escolar de crianças de seis a quatorze anos, de 2002 a 2013 quando observamos os 5% mais pobres da população passou de 92,5% para 97,5%. Entre a totalidade da população classificada como pobre passou de 95,8 para 98,4%. Entendemos que a política educacional não é redentora de todos os males, muito menos em se tratando de pobreza, entretanto não estar incluído na educação formal, contribui para a permanência na pobreza. Quando os pais tiram as crianças ou adolescentes da escola para trabalharem e ajudarem na renda familiar, tiram também a perspectiva de um futuro para eles, que poderia ser através da educação. Nesse sentido, entendemos que a condicionalidade da frequência escolar do PBF é importante para a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes. As condicionalidades “possuem caráter republicano e contribuem para o processo de cidadãos e indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” Rego & Pinzani (2013, p. 70-71).

Gráfico 5 – Frequência escolar no Brasil

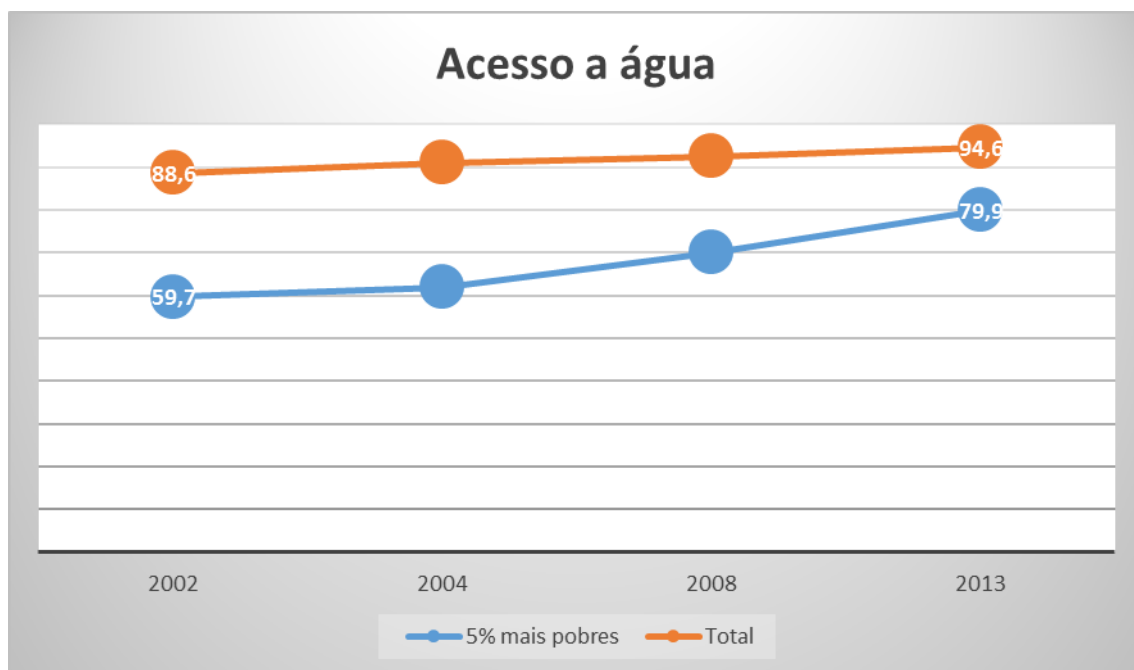


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

A invisibilidade do pobre no meio urbano se dá porque acabam morando em lugares longes dos centros, em favelas e morros da periferia. Vivendo em estruturas precárias, sem acesso a esgoto, água tratada, transporte público, luz elétrica, calçamentos e áreas de lazer.

Portanto melhorar a infraestrutura nos lugares onde residem estas populações mais pobres, significa garantir direitos básicos, como exemplo apresentamos os dados sobre acesso a água por rede geral, cisterna, poço ou nascente por canalização, entre os anos de 2002 a 2013. Neste indicador verificamos que no grupo dos 5% mais pobres houve um aumento de mais de 20% neste acesso, passando de 59,7 desta população em 2003 para 79,9%. E considerando o total da população de pobres passaram de 88,6 passou para 94,6% da população com acesso a água por rede geral, cisterna, poço ou nascente por canalização.

Gráfico 6 – Acesso a água no Brasil



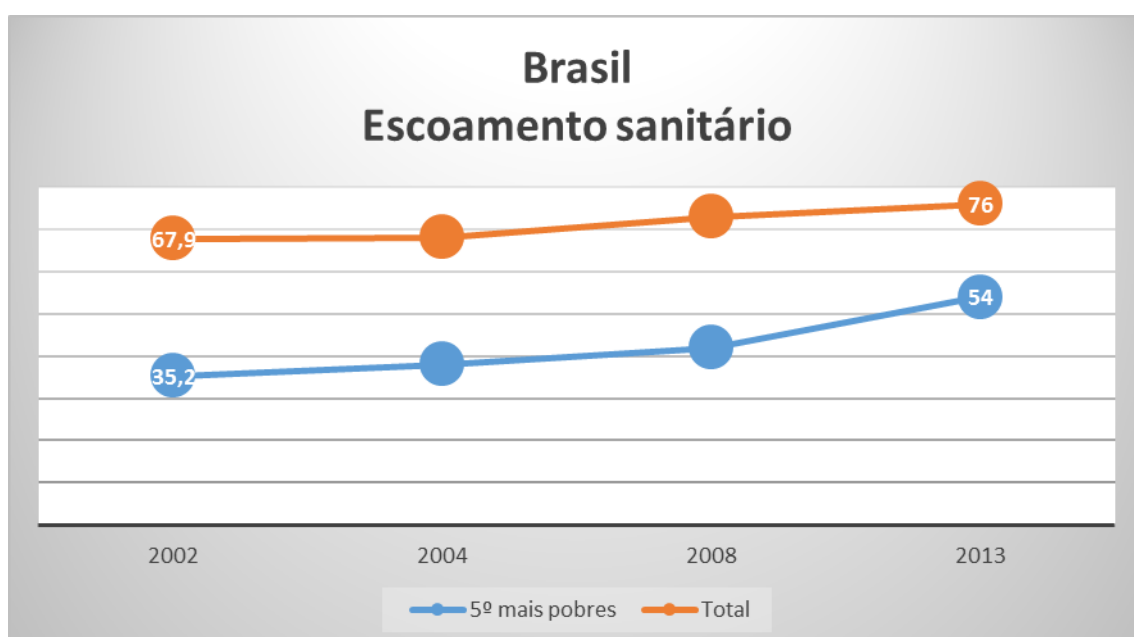
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

Domicílios com escoamento sanitário adequado, de 2002 a 2013:

Os 5% mais pobres de 35,2 passaram para 54,0%.

No total de pobres, de 67,9 passou para 76,0%.

Gráfico 7 – Escoamento sanitário no Brasil





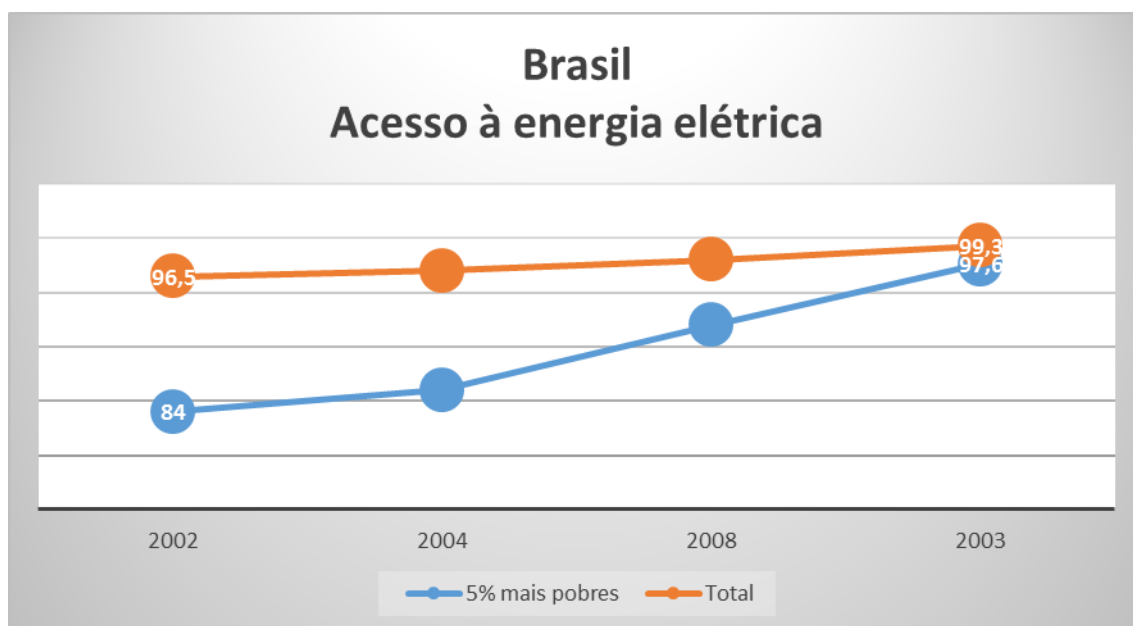
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

Domicílios com acesso à energia elétrica, de 2002 a 2013:

Os 5% mais pobres de 84,0 passaram para 97,6%.

No total de pobres, de 96,5 passou para 99,3%.

Gráfico 8 – Acesso à energia elétrica no Brasil

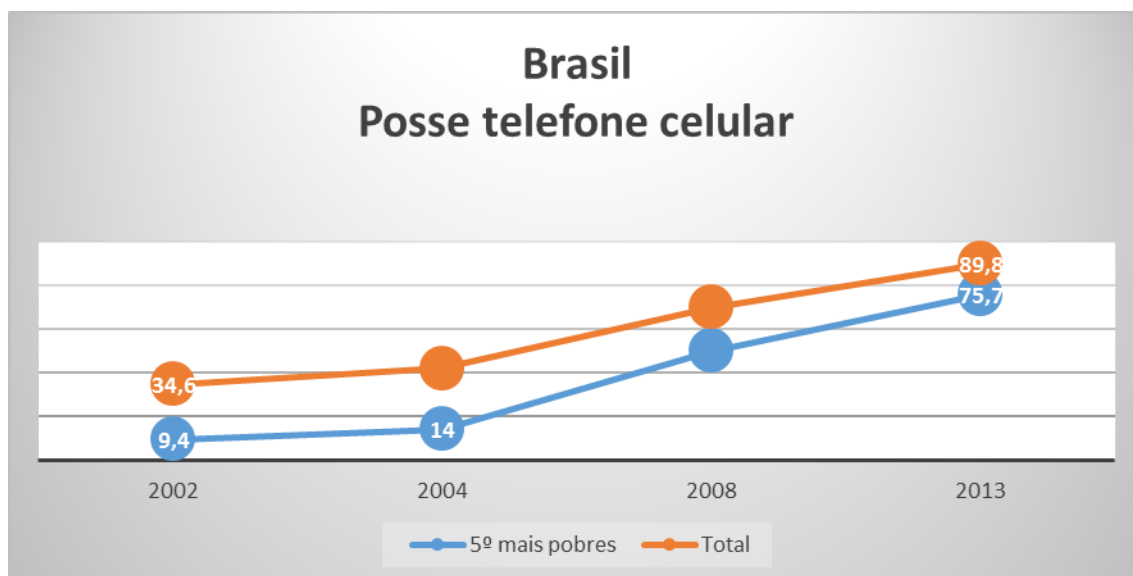


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

A desigualdade social leva as pessoas a privações dos recursos materiais, impossibilitando-os de ter algo a mais em suas vidas do que estão acostumados, com a limitação de satisfação das necessidades básicas. Mas, “pode-se afirmar que o programa Bolsa Família produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias dele” (Rego; Pinzani, 2013, p. 189).

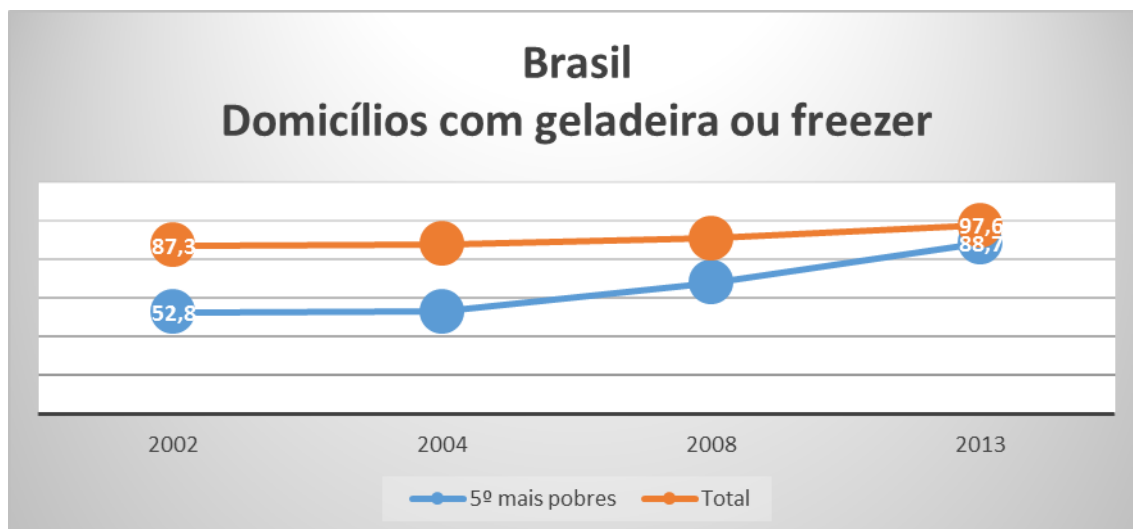
Os domicílios com posse de telefone celular aumentou quase 700% em relação aos 5% mais pobres.

Gráfico 9 – Posse de telefone celular no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

Gráfico 10 – Domicílios com geladeira e freezer no Brasil

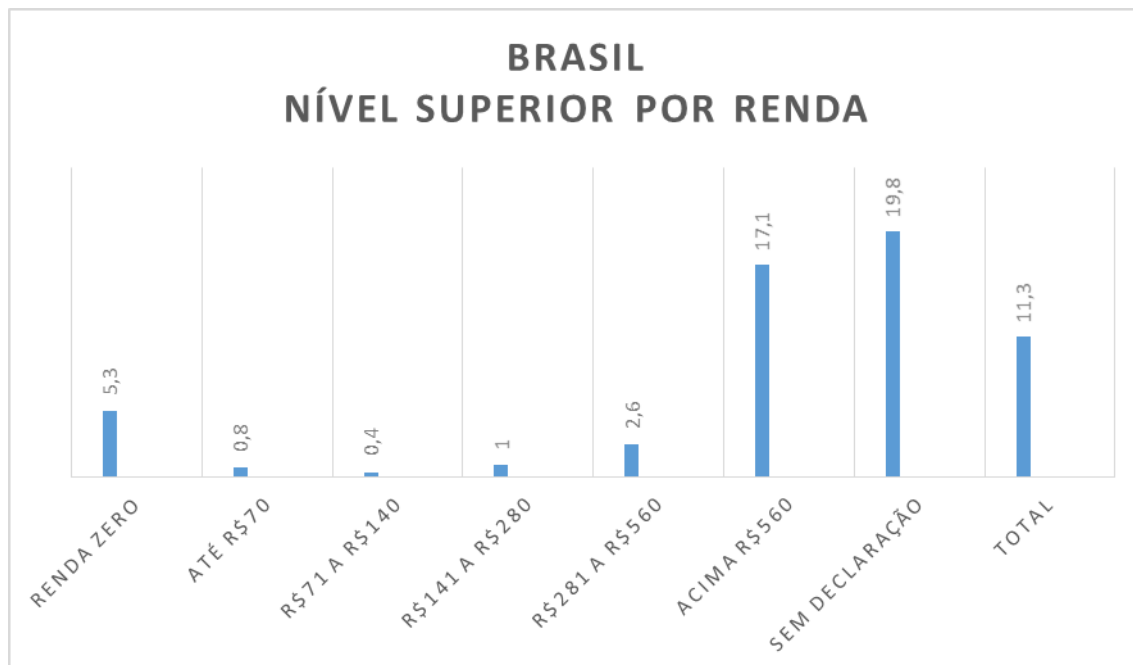


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

O que tem facilitado as classes menos favorecidas a cursar o ensino superior é o sistema de cotas. Notamos que o ensino superior gratuito era somente para o indivíduo da classe média, que tem condições de estudar em colégios privados e cursinhos preparatórios para o vestibular. Então, a classe média cursava o ensino superior gratuitamente, enquanto o pobre trabalha o dia inteiro para poder pagar um

curso noturno em uma instituição particular. Citando Rego & Pinzani (2015), “Assim, a desigualdade social se mantinha pela desigualdade de instrução e educação”.

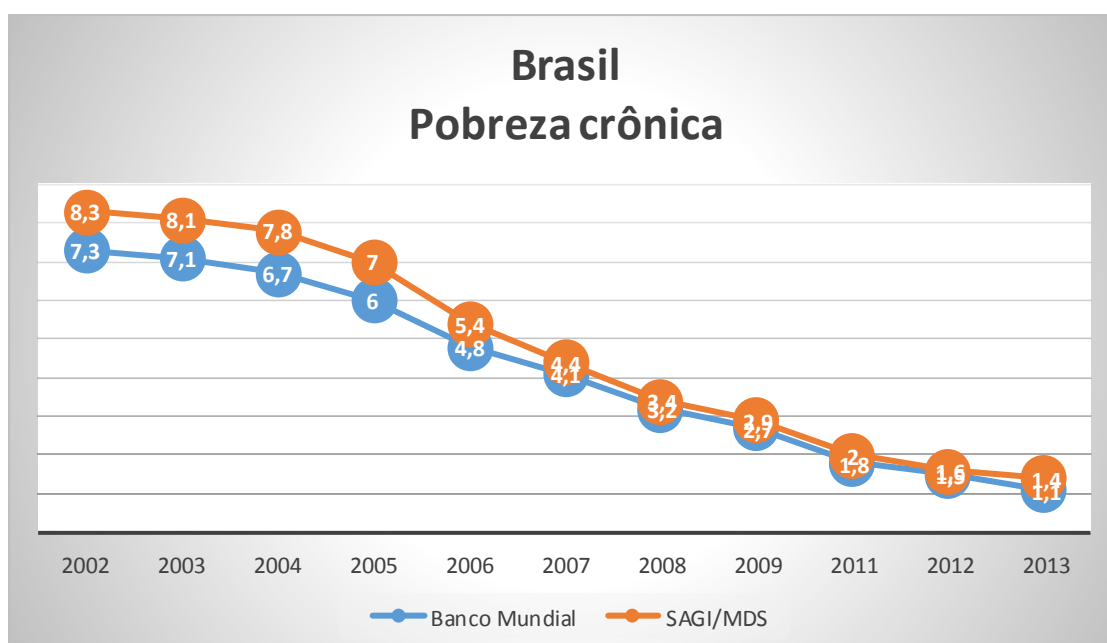
Gráfico 11 – Chefes de domicílio com nível superior de acordo com a renda familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2013).

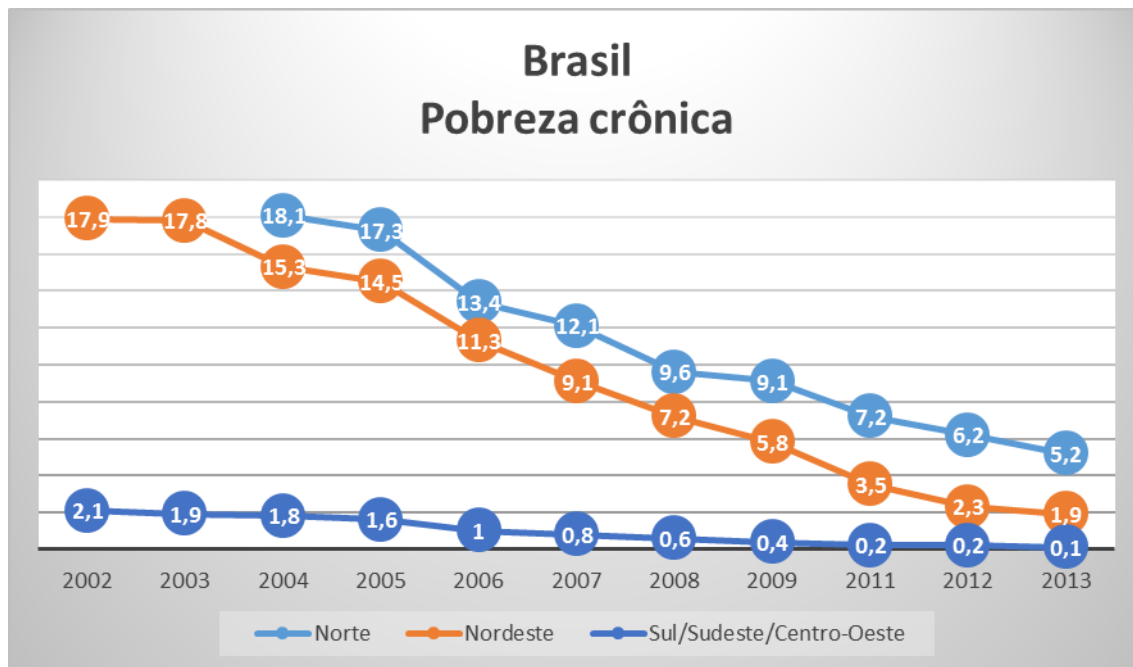
Em relação a pobreza crônica, que é aquela onde as pessoas nasceram em famílias carentes e têm poucas perspectivas de mobilidade social, temos índices do Banco Mundial e SAGI/MDS.

Gráfico 12 – Pobreza crônica no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS e Banco Mundial (2002-2013).

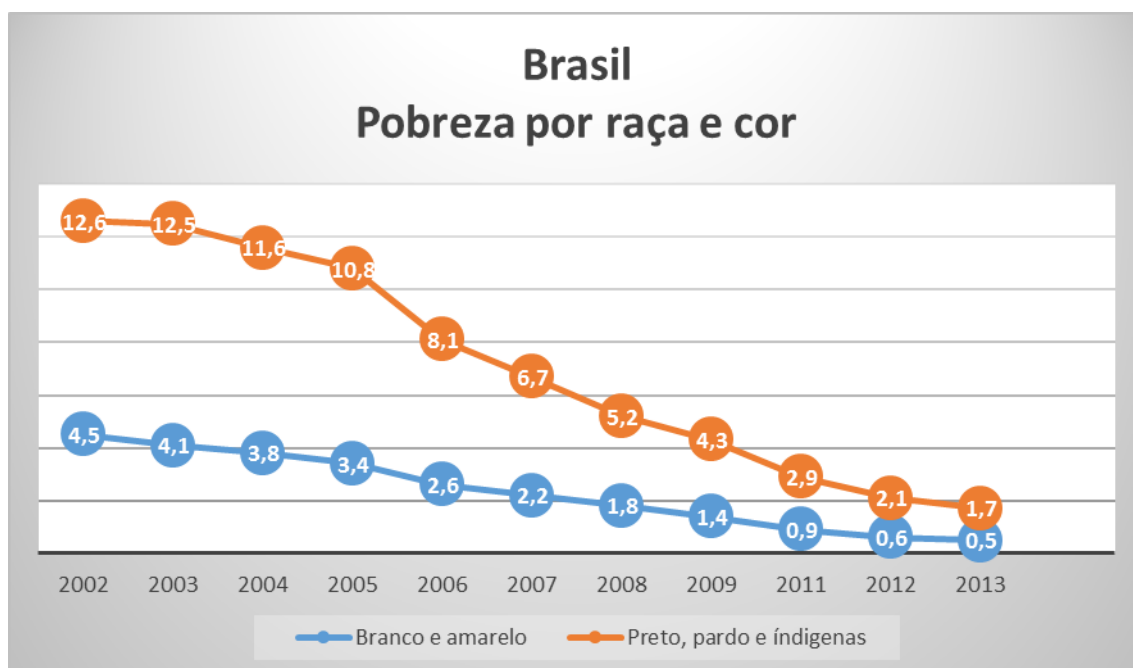
Gráfico 13 - Índice da pobreza crônica brasileira por região



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

Fator importante na pobreza do Brasil é a questão da etnia e cor, os negros e índios são os mais vulneráveis por questões históricas.

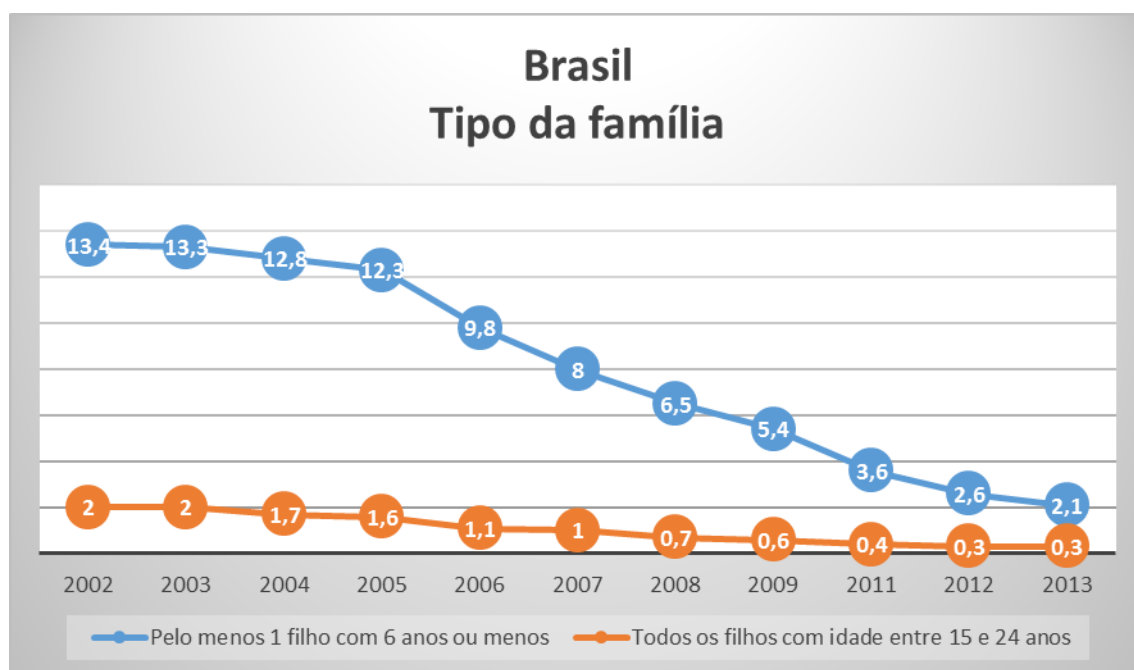
Gráfico 14 – Pobreza por raça e cor no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

A tradição que temos é que o pobre tem mais filhos para ajudar na renda familiar. Mas isso não é fato, porque muitos filhos geram problemas financeiros e econômicos. O que leva a gravidez é a desinformação, crenças religiosas ou a submissão ao machismo. Nota de Rego & Pinzani (2015), “Quando a gravidez ocorre com frequência e sem programação, quase sempre é resultado do desconhecimento sobre métodos contraceptivos, da situação familiar e das crenças religiosas”.

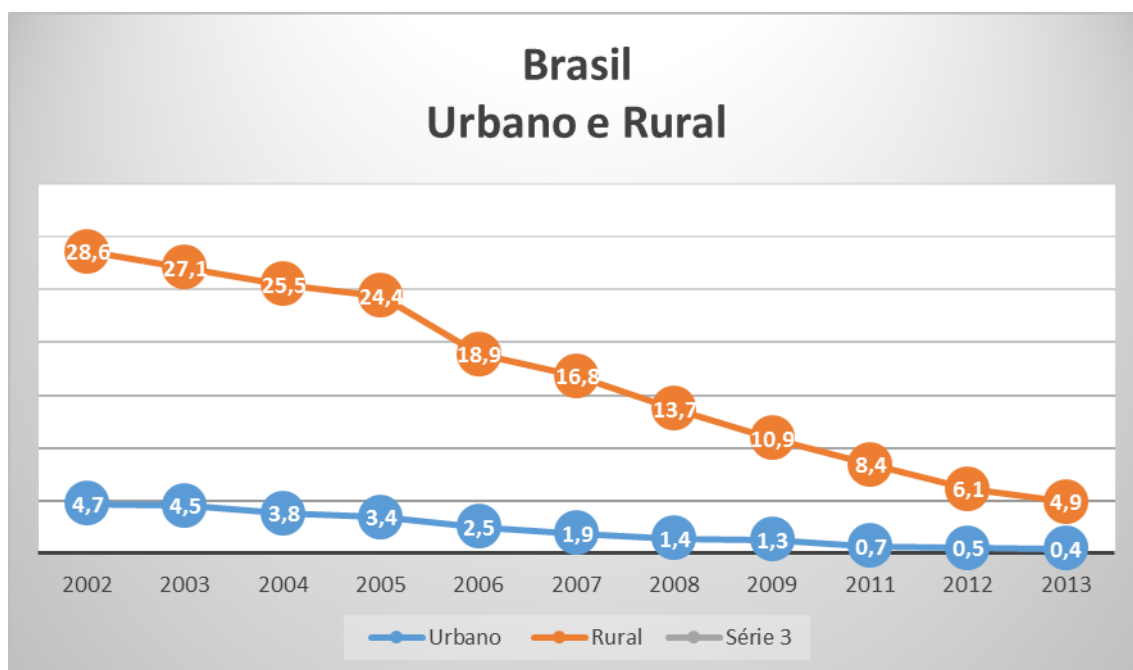
Gráfico 15 – Famílias por número de filhos no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

A vulnerabilidade social no campo, é ainda mais difícil do que na cidade. Nos centros urbanos por mais que vivem com mais contato com a violência, o tráfico de drogas e armas, eles tem hospitais mais próximos e escolas mais desenvolvidas. “Segundo o IBGE, 46,7% das pessoas na linha de extrema pobreza residem em área rural, apesar de apenas 15,6% da população brasileira morarem no campo. O restante das pessoas em condição de miséria, 53,3% mora em áreas urbanas, onde reside a maioria da população – 84,4%”. (PASSARINHO, 2011).

Gráfico 16 – Pobreza no meio urbano e rural no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados SAGI/MDS (2002-2013).

O Programa Bolsa Família atingiu também o lado cultural das famílias. A socióloga Walquiria Leão Rego, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, relata como foi uma de suas visitas para o livro Vozes do Bolsa Família: “Cheguei uma vez em uma casa e eles estavam vendo TV Senado. Perguntei o motivo. A resposta: ‘A gente gosta porque tem alguma coisa para aprender’.

Podemos verificar através dos gráficos que o Brasil obteve grande impacto em relação a pobreza. Como destaca Moura (2010) “...o combate à pobreza e à desigualdade social se tornou um dos mais relevantes temas de agenda do governo federal. E de 2000 a 2008 as políticas públicas tiveram um aumento significativo em valores “R\$ 6,8 bilhões no ano 2000 para R\$ 28,1 bilhões em 2008, apresentando um crescimento real de 313% em apenas oito anos” Moura (2010).

Os dados sobre a pobreza da cidade de Cascavel, estado do Paraná, onde existem bairros onde a extrema pobreza convivem com o contraste de classes sociais diversas, uma parte se localizam os barracos e na outra belas casas. De acordo com o Censo IBGE 2010 Cascavel tinha um total de 286.205 habitantes, e

4228 pessoas que estavam vivendo na extrema pobreza com uma renda domiciliar per capita abaixo dos R\$70,00. Com esses dados 1,5% da população do município estava em situação de extrema pobreza.

Os índices mais baixos da extrema pobreza, como deve ser em qualquer cidade do Brasil, é na área central com 0,43%; e o maior índice da pobreza foi de 4,67%. Desses extremamente pobres, 17,7% viviam no meio rural, e na área urbana 82,3%. Quase a metade das pessoas que viviam na extrema pobreza eram crianças e adolescentes de zero a dezessete anos, que ficaram com 44,6%, totalizando trezentas pessoas. Em relação a cor ou raça desses extremamente pobres do município, 59,2%, 2.504 pessoas se declararam como brancos, e 39,7%, 1.679 pessoas declaram-se negros. Na área da Educação 241 pessoas da extrema pobreza não sabiam ler ou escrever, total de 9,7%; destes números, 143 pessoas eram os chefes das famílias.

O Cadastro Único para Programa Sociais tem informações socioeconômicas das famílias de nosso país com baixa renda. São famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Com essas informações dos cadastros, o governo seleciona as famílias para diversos programas sociais.

Até o mês de maio desse ano, Cascavel – PR, continha 29.281 famílias inscritas no Cadastro Único. Dessas famílias, 1.750 com renda per capita de até R\$77,00; 3261 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$154,00; 13.748 com renda per capita familiar entre R\$154,00 e meio salário mínimo; e 10.522 famílias com renda per capita de meio salário mínimo.

No mês de agosto de 2016, Cascavel contava com 5.163 famílias no Programa Bolsa Família, representando 62,4% de famílias pobres do município. O valor médio do benefício é de R\$138,17 e o valor total repassado pelo governo federal às famílias foi de R\$713.373,00.

Quanto ao acompanhamento da condicionalidade da frequência escolar, o bimestre de março de 2016 o município atingiu 89,1% das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, com 6.014 alunos acompanhados de um total de 6.749 alunos. E os jovens entre 16 e 17 anos o município atingiu 80,6%, 850 jovens assistidos de um total de 1.055.

Na condicionalidade da saúde o acompanhamento das famílias com vigência de dezembro de 2015, obteve 71,0%, equivalendo a 4.604 famílias de um total de 6.485 em Cascavel.

O BPC (Benefício de Prestação Continuada de Assistência) Idosos em abril de 2016 contava com 2.678 beneficiários, e 2.625 BPC com pessoas com deficiência.

#### Comparativo Censo 2010 Brasil e Cascavel – PR

	Brasil	Cascavel - Paraná
Total da população	190.732.694	286.205
Extrema pobreza	16,27 milhões	4.228 mil
	8,5% da população	1,5% da população
Extremamente pobres na área rural	46,7%	17,7%

#### Últimos dados mensais de 2016 Brasil Cascavel - PR

	Brasil	Cascavel – Paraná
Cadastro Único	<b>27.160.008 famílias inscritas</b>	29.281 famílias inscritas
Programa Bolsa Família	<b>13.884.050 famílias</b>	5.163 famílias
Valor repassado pelo governo federal às famílias	R\$ 2.527.269.321,00	R\$713.373,00



Frequência escolar no bimestre de março – alunos entre 6 e 15 anos	Total de 13.736.626 alunos	Total de 6.749 alunos
	86,4% de crianças e adolescentes acompanhados	89,1% de crianças e adolescentes acompanhados
Acompanhamento na área da saúde (dezembro de 2015)	11.582.117 famílias	6.485 famílias
	76,8 % de acompanhamento	71,0% de acompanhamento

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a desigualdade social que vivenciamos são frutos de como começou errado o nosso país, com violência, sofrimento e aniquilação de culturas. Através dos tempos a luta do povo com grupos como Movimento dos Sem Terra, Movimentos dos Sem Teto, Movimento Negro, Movimentos de Mulheres, com várias reivindicações ao estado clamando por mais justiça, igualdade e equidade.

Podemos notar que um grande projeto do governo que diminui a pobreza e a extrema pobreza nacional foi o Programa Bolsa Família. As estatísticas mostram que o benefício ajudou muito as famílias que fazem parte do programa. Os pobres em 1992 eram de 31,4% da população, e em 2013 o número passou para 8,8%, uma diminuição de 22,6% da pobreza. Em relação aos extremamente pobres o número diminui de 13,6% em 1992 para 4% em 2013, uma diferença de 9,6% a menos de extremamente pobres.

Com o valor recebido do programa em espécie, as famílias obtiveram crédito para suas compras em mercados e lojas. Este valor médio mensal também teve aumento significativo através dos anos, que em 2011 era de R\$107,00 a chegar em 2014 a R\$242,00, aumento de 126%.

Fator importante do programa são as condicionalidades da educação e saúde, “possuem caráter republicano e contribuem para o processo de cidadãos e

indivíduos responsáveis perante sua comunidade política” Rego & Pinzani (2013, p. 70-71).

Podemos destacar outras melhorias no cotidiano dos brasileiros, mais famílias com: acesso a água; escoamentos sanitários; acesso à energia elétrica, posse de telefone celular; e domicílios com geladeira ou freezer.

Em relação ao país e a cidade de Cascavel, Paraná, notamos uma grande diferença entre os extremamente pobres da área urbana e área rural. Na área urbana os extremamente pobres do país eram de 8,5% da população, e em Cascavel 1,5%, com diferença de 7%. E os extremamente pobres da área rural o resultado foi muito maior, o país obteve 46,7% da população, e Cascavel 17,7%, diferença de 29%.

Já no quesito das condicionalidades do Programa Bolsa Família os dados ficaram equiparados. Na condicionalidade da Educação, a frequência escolar do Brasil obteve 86,4% de crianças e adolescentes acompanhados, e Cascavel 89,1%, diferença de 2,7% para a cidade. Na condicionalidade da Saúde os dados também ficaram próximos, 76,8 % para o país, e 71,0% para Cascavel, agora a diferença ficou de 5,8% a mais para o Brasil.

Diante de todas as estatísticas apresentadas podemos concluir que os programas sociais vieram para ajudar na erradicação da pobreza.

## REFERÊNCIAS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Ministério da Educação.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Invisibilidade social e reação popular em uma favela da Baixada Fluminense: o caso Nova Jerusalém**. Tempo, 2011, vol.17, no.31, p.231-260.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Transferência de renda no Brasil**. Novos estud. - CEBRAP, Nov 2007, no.79, p.5-21.

SOBRAL, Natália G.; SANTIAGO, Idalina M.F.L.; COSTA, Jussara C. **"Gênero e invisibilidade social entre catadores de materiais recicláveis de Campina Grande/PB."** Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Patrícia O.S. dos; PIRES, Flávia Ferreira. **O Programa Bolsa Família e a voz dos invisíveis: dinheiro autonomia, liberdade e cidadania.** Universidade Federal da Paraíba. Revista de Ciências Sociais, n. 40, Abril de 2014, pp. 413-419.

Silva, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

Folha de São Paulo, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293113-bolsa-familia-enfraquece-o-coronelismo-e-rompe-cultura-da-resignacao-diz-sociologa.shtml>. Acesso em 12/012/2016.